



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0001338-38.2013.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Silvio Mendes Brito**  
 Requerido: **Companhia Paulista de Força e Luz Cpfl**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

SILVIO MENDES BRITO move ação indenizatória por danos morais contra COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL, sob o fundamento de que foi negativado indevidamente pela ré por conta de fatura de energia elétrica referente a um consumo muito posterior à época em que encerrada a relação entre as partes, salientando que quando deixou a residência da respectiva unidade consumidora, pediu o desligamento da energia elétrica, protocolo nº 7033270, do dia 11.01.2011; o desligamento de fato ocorreu em 12.01.2011, protocolo nº 18164723, o que reforça o equívoco da negativação em nome do autor.

O juízo, no despacho inicial, advertiu a ré de que, com a contestação, deveria produzir a prova documental que possuísse, cabendo-lhe demonstrar a legitimidade da negativação (fls. 19).

A ré foi citada e contestou (fls. 24/34), dizendo que cabe ao usuário pedir o desligamento da energia elétrica, o que ino correu no caso em comento, que agiu no exercício regular de direito, que não houve danos morais e que, caso tenha havido, a indenização postulada é excessiva. Não apresentou documentos.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da lide. Saliente-se que o próprio despacho inicial, não recorrido, fls. 19, conteve a decisão de que o feito comporta julgamento antecipado.

A ação procede.

À ré competia a prova da legitimidade da negativação.

Isso constou, aliás, no despacho inicial, fls. 19.

Todavia, a contestação não foi instruída com qualquer prova nesse sentido.

Veja-se que o despacho inicial salientou: a prova documental da ré deveria instruir a própria contestação.

Ademais, o autor, na inicial, indicou os números de protocolo concernentes ao pedido de desligamento em 11.01.2011 e ao próprio desligamento da energia, em 12.01.2011, quando saiu daquele endereço. A ré sequer dignou-se a trazer aos autos o registro de tais procolocos, ou demonstrar que fossem falsos.

E mais: há documento na inicial, fls. 11, emitido pela própria ré, dando conta de que uma terceira, "Miriam", é quem pediu a religação da energia (o que pressupõe o prévio desligamento, dias antes, tal como no dia 12.01.2011, exatamente como consta na inicial), não o autor.

Sob tal contexto probatório, emerge que, realmente, o autor pediu e obteve o desligamento da energia elétrica em seu nome, naquela unidade consumidora, em 11/12 de janeiro de 2011; todavia, a ré, por equívoco, inscreveu-o em órgãos restritivos por dívida posterior, da sra. "Miriam" ou outro usuário subsequente, devendo responder pelos danos morais causados.

No mais, a negativação indevida causou ao autor danos morais indenizáveis, constatáveis *in re ipsa*, consoante regras de experiência comum (art. 335, CPC), por conta do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

abalo ao crédito merecendo lenitivo pecuniário que, segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade, adotando-se ainda os parâmetros jurisprudenciais, é fixado em R\$ 10.000,00.

Ante o exposto, ACOLHO o pedido e CONDENO a ré a pagar ao autor R\$ 10.000,00, com atualização monetária pela tabela do TJSP a partir da presente data e juros moratórios de 1% ao mês desde a negativação em 16/12/2012; CONDENO a ré nas custas, despesas e honorários, arbitrados estes, por equidade, em 15% sobre o valor da condenação.

Transitada em julgado, aguarde-se pelo prazo de 06 meses, nos termos do art. 475-J, § 5º do CPC.

P.R.I.

Ibaté, 14 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**